

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

RESUMO

A minha experiência no coletivo TransUFBA, da Universidade Federal da Bahia, revelou de forma contundente um tema central em nossos debates: os persistentes obstáculos ao acesso e à permanência de pessoas trans e travestis nos espaços educacionais. A partir dessa vivência coletiva, procurei analisar como a transfobia institucional, impacta na saúde física e psicológica, de corpos dissidentes, nos afastando cada vez mais de uma formação completa – do ensino básico ao superior – e nos confinando a um ciclo perverso de baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho, frequentemente restrita à informalidade. Para isso utilizei uma análise interseccional – gênero, raça e classe –, articulando contribuições de pessoas trans e travestis em seus processos de resistência e luta. Acreditando na possibilidade de uma educação (trans)gressora¹ para desestabilizar a hegemonia cisheteronormativa, e avançar na ocupação desses espaços que sistematicamente nos são negados.

Palavras-chave: Educação Transgressora, Corpos dissidentes, Acesso e permanência, Transfobia Institucional, Necropolíticas, Transfeminismo.

ABSTRACT

My experience in the TransUFBA collective at the Federal University of Bahia revealed, in a striking way, a central theme in our debates: the persistent obstacles to the access and retention of trans and travesti people in educational spaces. Based on this collective experience, I sought to analyze how institutional transphobia impacts the physical and psychological health of dissident bodies, increasingly distancing us from a complete educational trajectory—from basic to higher education—and confining us to a perverse cycle of low educational attainment and precarious insertion into the labor market, often restricted to informality. To this end, I

¹ O neologismo (trans)gressora busca materializar linguisticamente a tese central deste trabalho: a de que a verdadeira transgressão pedagógica é intrinsecamente transfirmitiva, rompendo com as normas cisgêneras que estruturam a instituição escolar.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

employed an intersectional analysis—gender, race, and class—articulating contributions from trans and travesti people in their processes of resistance and struggle. I believe in the possibility of a (trans)gressive education to destabilize cisheteronormative hegemony and to advance the occupation of these spaces that are systematically denied to us.

Keywords: Transgressive Education; Dissident Bodies; Access and Retention; Institutional Transphobia; Necropolitics; Transfeminism.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

ENTRE AUTOAFIRMAÇÃO E A EVASÃO ESCOLAR

A infância e a adolescência de pessoas trans são frequentemente descritas como períodos árduos. Nesse contexto, o ambiente escolar emerge como um espaço onde se desenrolam tanto os processos de autoafirmação e descoberta quanto as mais duras experiências de violência e exclusão. Essas vulnerabilidades estão profundamente atreladas a uma cultura cisheteronormativa, que rejeita qualquer sinal de desvio as normas de gênero. Essa hostilidade não é um fenômeno isolado, é um reflexo da violência estrutural que permeia a sociedade brasileira. Longe de ser um espaço seguro e acolhedor para nossos corpos, a escola frequentemente se transforma em um palco de agressões físicas, psicológicas e institucionais que são perpetuadas tanto por colegas quanto por profissionais da educação.

Segundo dados que constam na nota técnica da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2024), a conclusão do ensino médio atinge entre 64% e 68% dos homens trans e pessoas não binárias, percentual que cai para 48% entre as mulheres transexuais e para 39% no caso das travestis. Esses dados não podem ser compreendidos apenas como “abandono” ou “evasão” por conta própria. Existem diversos fatores que influenciam esse processo, que por vezes podem estar apenas no campo simbólico, mas que determinam toda trajetória educacional da nossa comunidade. Portanto deslocar o olhar da falha individual para repensar como os mecanismos estruturais atuam de forma decisiva na trajetória escolar, ajuda-nos a reconhecer que a comunidade escolar é um ambiente hostil para corpos dissidentes, e os meios de acolhimento e permanência que são ofertados, muitas vezes não levam em consideração a diversidade dos problemas que nos acometem nesses espaços.

Dessa forma, a ausência da população trans e travesti vai se intensificando a cada etapa da jornada educacional, criando uma espécie de afunilamento. Quando pensamos na porcentagem de pessoas trans e travestis no ensino superior, os dados mostram o nível da exclusão. De acordo com a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), há apenas 0,2% de pessoas trans fazendo

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

alguma graduação em instituições federais – a categoria travesti não é mencionada nessa pesquisa, evidenciando novamente a transfobia institucional –. Diante disso, para entender a proporção da exclusão educacional, é necessário explorar as causas sistêmicas que são produzidas e reproduzidas nesses espaços. Como a burocracia das instituições, para inclusão do nome social, que apesar de ser uma garantia legal assegurada pelo Decreto Presidencial nº 8.727, de 2016², as situações de constrangimento ainda persistem. Os entraves no sistema, exposição demasiada e a falta de preparo de docentes e gestores para lidar com a diversidade de gênero, expõem um processo que Vincent Goulart (2021) denomina como “suicídio-homicídio” viabilizado pelo Estado. Esse fenômeno é a consequência direta de necropolíticas que por meio das estruturas de poder legitimam o apagamento e a marginalização de pessoas trans e travestis, principalmente quando falamos de vivências que são atravessadas por outros marcadores de desigualdades sociais. Conforme narra Vincent Goulart:

A marginalização e o sofrimento são fruto de uma série de violações de direitos por preconceito e discriminação transfóbica, levando em conta a transgeneridade e suas interseccionalidades com os demais marcadores sociais da diferença. Ou seja, a transfobia estrutural também é reproduzida pelas instituições de saúde, educação e segurança, e nas relações cotidianas, produzindo contextos de precariedade de vida. (GOULART, 2021, p. 8)

Para além da rejeição e violência no ambiente escolar, a condição socioeconômica também é um fator determinante. A baixa escolaridade, é resultado direto da expulsão escolar, que se traduz em severas barreiras para a inserção no mercado de trabalho formal. Com a formação educacional incompleta, o acesso a empregos com remuneração digna e direitos trabalhistas torna-se extremamente restrito, empurrando uma parcela significativa da população trans e travesti para a informalidade. Esse cenário de vulnerabilidade socioeconômica fica evidente ao analisar os dados sobre a principal ocupação e atividade remunerada por identidade de gênero, conforme revela a pesquisa TransVer o Mundo: Existências e (re)existências de travestis e

² Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, incluindo as instituições de ensino.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

peças trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo (Cedec, 2021)³. Entre as pessoas entrevistadas, 46% das travestis e 34% das mulheres trans identificaram o trabalho sexual como sua principal ocupação remunerada. A pesquisa aponta que a sociedade desenvolve uma zona de aceitação para pessoas trans e travestis, limitando suas possibilidades a um conjunto restrito de ocupações que não ameaçam o domínio heteronormativo e branco do mercado de trabalho. Essa falta de alternativa é expressa de forma categórica no depoimento a seguir:

Comecei o meu processo de transição e como a história de muitas, o que me restou, o que me sobrou como forma de trabalho foi a prostituição. Ponto. Só que em 2012 eu já estava cansada de prostituição e aí eu comecei a fazer um curso de cabeleireira, de novo imaginando que só sobrava pra mim: fazer cabelo – e não que seja uma profissão pior do que as outras, mas parece que as profissões que cabem para as pessoas trans são sempre profissões que projetam os cis, entendeu? As pessoas cis, você entendeu?

(Mulher trans)

Nesse contexto a evasão escolar pode ser entendida como uma consequência de um projeto excludente de sociedade. Portanto, a transfobia institucional, se expressa em todo sistema institucional para negar os direitos, afetando assim todo o projeto de vida de pessoas trans e travestis.

CORPO E RESISTÊNCIA COMO PERFORMANCE POLÍTICA

As instituições de ensino utilizam múltiplos mecanismos de vigilância e controle para moldar corporalidades, gestos e as identidades, tornando-se um ambiente particularmente opressor para pessoas que desafiam essa ordem. Sendo assim, como podemos repensar as dinâmicas que ocorrem dentro do espaço educacional, para além da subordinação? Diante dos diversos mecanismos de poder produzidos pela instituição, táticas de resistências são criadas para

³ Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. Organizadores: Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo: Annablume, 2021.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

ressignificar o ambiente escolar, como uma forma de "antidisciplina" que se manifestam nas pequenas ações do dia a dia, transformando as regras do sistema contra ele mesmo.

No meio desses confrontos, o corpo é o primeiro e mais visível campo de batalha. É nele que as normas de gênero são impostas. É na relação do corpo como território político, que novas formas de resistências são articuladas. A utilização de roupas e determinados acessórios são maneiras fundamentais de expressão, e de autoafirmação da existência de pessoas trans e travestis, que também ajudam a desconfigurar a cisnormatividade, subvertendo os papéis sociais de gênero. Como aponta, Viviane Vergueiro:

Perceber o gênero como performativo não somente abala a naturalização da ideia de permanência cisnormativa, como também situa nossas construções performativas em relação a nossas inserções socioculturais, às interpretações que existam, nestes contextos, sobre corpos e pertencimentos de gênero. (VIVANE, 2016, p. 261)

Nesse sentido, o banheiro surge como um desafio, e tensão. A apropriação do banheiro constitui um ato político explícito. Esse território é subvertido e ressignificado por meio de táticas cotidianas de sobrevivência e afirmação frente ao poder normativo. A negação do acesso seguro aos banheiros torna-se um dos resultados mais diretos dessa estrutura. Um exemplo disso é apresentado por, Leticia Carolina:

A negação do banheiro para pessoas transvestigêneres é resultado direto do cisheteroterrorismo que nos destitui de um reconhecimento como seres humanos, a partir do momento que não performamos a identidade de gênero que seria supostamente adequada a nossa genitália. (NASCIMENTO, 2023, p. 64)

No entanto as diversas táticas de reconfiguração do espaço do banheiro provocam reações institucionais que variam da punição explícita à proposição de novas e sutis formas de segregação. As respostas institucionais revelam a profunda dificuldade em lidar com as diversas corporalidades. Em vez de promoverem a inclusão, as propostas frequentemente reforçam a ideia de que a identidade é um "problema" a ser gerenciado, e não uma expressão

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

legítima da diversidade humana. Reivindicar o acesso a esse espaço é um desafio direto a norma binária que exige o reconhecimento da identidade de gênero.

A VIRADA EPISTÊMICA: A PEDAGOGIA DA (RE)EXISTÊNCIA

Apesar da opressão sistêmica é possível notar cada vez mais a presença de professoras/es trans e travestis no sistema educacional, isso manifesta a máxima da luta por acesso aos espaços de produção de saberes, encarnando não apenas a resistência, mas rompendo com o estereótipo cruel da marginalização. Nesse cenário, o transfeminismo emerge não apenas como um campo teórico, mas como uma resposta direta a essa invisibilização dentro das estruturas acadêmico-científicas. Representando um esforço fundamental para que pessoas trans e travestis deixem de ser tratadas como meros objetos de estudo e passem a ser reconhecidas como produtoras/es de conhecimento.

A nossa presença nesses espaços, possui um poder desestabilizador de propor desconstruções e desaprendizagens. O corpo que desafia a binaridade torna-se um currículo de resistência epistêmica, uma fonte de conhecimento que desafia e corrige a hegemonia cisheteronormativa, tornando-se um agente de inovação pedagógica, manifestando em práticas concretas. Essa ideia é reforçada por Ícaro Dias e Luciana Dias, que explicam:

A presença de professoras trans na escola explicita o quanto seus corpos, nesses espaços, constroem políticas que educam a estrutura escolar e a sociedade como um todo. Além disso, as posições que as professoras trans ocupam na escola resultam dos processos de resistências e enfrentamento às violências, através da construção de redes de apoio, tanto interna quanto externas à escola e à Universidade. (DIAS, 2024, p. 11)

A práxis dessas/es docentes é atravessada pela própria existência, que reconfigura a sala de aula como um ato pedagógico de ruptura. Nesse cenário, o reconhecimento e o respeito vindos da comunidade discente torna-se uma fonte vital de validação, poder e autorreconhecimento, fortalecendo a permanência. Cada referência dessa em sala de aula é um testemunho que existem outras possibilidades e modos de existir, para além da marginalização.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

CONCLUSÃO

A análise demonstrou que a transfobia institucional é um problema estrutural, e que faz parte de um sistema coeso que exclui a possibilidade de acesso ao espaço educacional das diversas identidades de gênero, combinados com uma norma social excludente – cisheteronormatividade – que é legitimada pelo Estado. O resultado são necropolíticas, que impactam a vivência de pessoas trans e travestis nos espaços educacionais. Mas paradoxalmente a esse contexto de inúmeras violências, surgem diversas táticas de resistência, para romper com hegemonia cisheteronormativa. A luta diária pelo direito ao nome social, ao uso seguro de banheiros e à permanência material, contrasta com o cenário mais amplo de extermínio social. Essas reinvenções demonstram que, mesmo diante de adversidades extremas, a existência se faz presente. Nesse processo, a presença de profissionais e colegas aliados, bem como a força da coletividade, mostram-se fundamentais.

Mas para que esse compromisso saia do plano discursivo e se torne de fato uma prática (trans)gressora, é fundamental a implementação de ações concretas em três frentes: a formação, o currículo e a gestão institucional. Na formação docente, propõe-se a criação de programas permanentes e obrigatórios, conduzidos por educadoras/es trans e travestis, que superem a lógica do treinamento pontual. Esses programas devem adotar metodologias afetivas — como círculos de conversa e estudos de caso — para preparar o corpo docente não apenas para aplicar normas, mas para exercer uma escuta ativa e um acolhimento responsável, tornando-se agentes diretos na desconstrução da transfobia em sala de aula.

No âmbito curricular, a (trans)gressão se materializa na descolonização dos conteúdos. É preciso inserir, de forma transversal as produções epistemológicas de autoras/es trans e travestis nas disciplinas. Da literatura à biologia, o currículo deve refletir a pluralidade de saberes, funcionando como um dispositivo de desaprendizagem da normatividade.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

Finalmente, na gestão institucional, a educação (trans)gressora demanda a criação de protocolos afetivos e comitês permanentes de diversidade, com a participação de estudantes, para monitorar e garantir o acesso a banheiros seguros, o respeito ao nome social em todos os sistemas internos e a efetivação de políticas de permanência estudantil. Para incluir, de modo interseccional, auxílio financeiro, suporte psicossocial específico e programas de mentoria, acreditando que dessa maneira seja possível combater a evasão garantindo que o direito à educação deixe de ser uma promessa formal para se tornar uma experiência concreta e acolhedora para nossas identidades.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Notatécnica sobre sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: Antra, 2024.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES -2018**. Brasília, 2019. Disponível em: Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
Acesso em: 11 de novembro de 2025

CRUZ, Ícaro Dias; CRUZ, Luciana Pereira de Oliveira. **Sobre as presenças (ausências) de travestis e transexuais na educação básica e superior**. Anais do X CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/112676>. Acesso em: 11 de novembro de 2025

CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (Org.). **Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2021.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

GOULART, Vincent Pereira. **O suicídio-homicídio de pessoas trans e travestis e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio.** 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Modos de educar entre jovens transvestigeneres na universidade: cartografias desejanteres.** 2023. 96 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial.** In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270. ISBN 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 10 de novembro de 2025.

Por uma educação (TRANS)gressora: Corpos dissidentes e a luta contra a transfobia institucional

RAIR GUIMARÃES DOS SANTOS

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.12 N.1 ANO 2026

Original recebido em: 15 de novembro de 2025

Aceito para publicação em: 18 de janeiro de 2026